

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.107 - RS (2019/0228103-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925
RODRIGO TONIAL - RS063379
PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377
RECORRIDO : NEIVA APARECIDA LACOURT BOTTESINI
ADVOGADO : PATRÍCIA ALOVISI - RS038850

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF contra acórdão do TJRS assim ementado (e-STJ fls. 155/156):

APELAÇÃO. MANDATO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. INCLUSÃO DA OI S. A. NO POLO PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL.

Não conhecido o pedido de inclusão da OI S. A. no polo passivo da ação, pois a demanda foi intentada exclusivamente contra o causídico e não houve o pedido de inclusão de litisconsorte no âmbito da réplica, tratando-se de indevida inovação recursal.

PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA.

Tendo em vista que se trata de ação indenizatória proposta contra o mandatário, decorrente de danos pela má prestação do serviço, o prazo para ajuizamento é de 10 anos, nos termos do art. 205 do CC, lapso não transcorrido no caso dos autos.

SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. MANTIDA.

1. Os documentos juntados aos autos demonstram que, apesar de o alvará ter sido expedido no valor de R\$268.627,53, a quantia somente foi levantada pelo causídico em 30.09.08 e já importava em R\$306.363,33, em virtude da incidência de juros e correção monetária.

2. Considerando que o crédito da autora correspondia a 1/5 do valor total sacado, fazia jus a cliente à quantia de R\$61.272,66, ou seja, superior ao valor repassado pelo demandado (R\$55.063,38), resultando evidente a retenção indevida.

ALTERAÇÃO DOS TERMOS INICIAL E FINAL DOS JUROS MORATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.

Em se tratando de apropriação indevida, o termo inicial dos juros de mora e correção monetária incidentes sobre o valor fixado a título de dano material é a data do levantamento do alvará, nos termos do art. 670 do CC. Já o termo final é a data do efetivo pagamento.

DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA.

A situação discutida nos autos configura ato ilícito capaz de gerar dano moral, o qual decorre do próprio fato (*in re ipsa*), sendo, portanto, presumido, não se mostrando necessária a comprovação de eventual abalo psicológico sofrido pela autora, até porque é notório o incômodo que gerou toda esta situação. Dano moral fixado em R\$10.000,00.

ÔNUS SUCUMBENCIAL. REDISTRIBUÍDO.

O demandado deve arcar com o pagamento da integralidade das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte adversa, ante a reforma da sentença.

Recurso do demandado desprovido. Apelação da autora parcialmente conhecida e, na parte conhecida, provida.

Os embargos de declaração foram rejeitados, com aplicação de multa (e-STJ fls. 177/182).

O recorrente, em suas razões (e-STJ fls. 186/221), aponta ofensa aos arts. 11, 105, 189, 240, 1.022 e 1.026 do CPC/2015, 186, 206, § 3º, 676, 682, IV, 849 e 944 do CC/2002 e 22 e 23 da Lei n. 8.906/1994. Sustenta, em síntese, (a) falta de prestação jurisdicional, (b) aplicação do prazo trienal a ser considerado a partir da homologação do acordo judicial, (c) incidência dos juros de mora do dano material a partir da citação, (d) inexistência de conduta ilícita, visto que agiu dentro dos limites previstos pela procuração outorgada, (e) equívoco quanto ao termo final das atualizações e dos juros de mora adotados pelo acórdão recorrido, (f) direito ao pagamento dos honorários contratuais (g) ausência de dano moral, (h) exorbitância do valor arbitrado (R\$ 10.000,00 – dez mil reais), e (i) ilegalidade da multa aplicada quando da oposição dos embargos declaratórios.

Contrarrazões às fls. 227/242 (e-STJ).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 243/253).

É o relatório.

Decido.

No que concerne à afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, o recorrente entendeu que o aresto recorrido teria sido omissos em relação aos seguintes pontos:

- (a) equívoco quanto ao prazo prescricional e seu termo inicial,
- (b) ausência de conduta abusiva, pois a procuração lhe conferia poderes para transigir, sendo-lhe devidos os honorários contratuais,
- (c) juros de mora, quanto ao dano material, a partir da citação, e
- (d) ausência de abalo moral e quantia arbitrada que se mostra exorbitante.

No entanto, o Tribunal de origem assim se manifestou sobre as controvérsias (e-STJ fls. 159/163):

Rejeito a preliminar de ocorrência da prescrição trienal (fl. 96), pois em se tratando de ação indenizatória proposta contra o mandatário, em virtude da má prestação do serviço, o prazo para ajuizamento é de 10 anos, nos termos do art. 205 do CC, lapso não transcorrido no caso dos autos.

Esta Câmara tem adotado como termo inicial para a prescrição a data em que deflagrada a "Operação Carmelina", isto em fevereiro de 2014, quando os atos prejudiciais se tornaram públicos.

(...)

Com relação ao mérito, o demandado alegou que sacou o alvará no valor de R\$268.627,53, sendo R\$53.725,06 referente à cota-parte da autora e, após descontar o percentual a título de honorários contratuais, repassou à cliente a quantia líquida de R\$44.050,71 (fls. 30, 60 e 97).

Ocorre que a alegação não vinga, pois os documentos juntados aos autos, especialmente o ofício enviado pelo BANRISUL (fl. 83), demonstram que a quantia efetivamente sacada pelo demandado no dia 30.09.08 alcançava R\$306.363,33, em virtude da incidência de juros e correção monetária (fl. 34v).

Considerando que o crédito da autora correspondia a 1/5 do valor total sacado, fazia jus a cliente à quantia de R\$61.272,66, ou seja, superior ao valor repassado pelo demandado

(R\$55.063,38), resultando evidente a retenção indevida.

Como visto, a diferença entre o valor do alvará e o efetivamente sacado pelo demandado diz respeito a juros e correção monetária, não se cogitando da incidência de honorários relativos ao cumprimento de sentença.

Descontados os honorários contratuais, estabelecidos na ordem de 20%, deve o demandado restituir à autora a quantia de R\$4.771,36.

Destarte, não merece reparos a sentença lavrada pela Juíza de Direito Ana Paula Caimi.

Em se tratando de apropriação/retenção indevida, o termo inicial de incidência da correção monetária e dos juros de mora é a data do levantamento do alvará, nos termos do art. 670 do CC (data do abuso do direito), exatamente como reconheceu a julgadora (fl. 93).

(...)

Também não paira dúvidas de que a situação discutida nos autos configura ato ilícito capaz de gerar dano moral, assistindo razão à autora ao postular a reparação financeira (fl. 110), que decorre do próprio fato (*in re ipsa*), sendo, portanto, presumido, não se mostrando necessária a comprovação de eventual abalo psicológico sofrido pela apelante.

No caso em análise, o advogado abusou da confiança da sua cliente, reterendo parte do crédito a que tinha direito a autora, o que certamente ultrapassa a esfera dos meros aborrecimentos a angústia vivenciada por ela ao ter seus interesses desrespeitados pelo demandado, em clara violação aos preceitos éticos da advocacia.

Ademais, não se pode esquecer que ela teve de contratar outro advogado e recorrer ao Poder Judiciário para reaver o valor a que tinha direito.

Com relação ao valor a ser arbitrado, parte-se da premissa de que a quantia deve ser suficiente para reparar o mal sofrido e atuar com efeito pedagógico sobre o ofensor, mas não pode importar enriquecimento sem causa, devendo a decisão estar baseada em critérios de equidade e de proporcionalidade, a teor do disposto no art. 944, parágrafo único, do CC. A propósito, leciona Sergio Cavalieri Filho que "o juiz deve sempre ter em mente o princípio de que o dano não pode ser fonte de lucro".

Presentes tais parâmetros e considerando os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, fixo o valor de R\$10.000,00 a título de danos morais, a ser corrigido pelo IGP-M a partir da data da prolação deste acórdão (Súmula nº 362 do STJ), acrescido de juros legais, a contar da data da citação, nos termos do art. 405 do CC, por se tratar de ilícito contratual.

Portanto, não se constata hipótese alguma de cabimento dos embargos de declaração. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado na instância *a quo*, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do art. 1.022 do CPC/2015 e o conhecimento do recurso especial nessa parte.

Quanto ao termo inicial e ao prazo prescricional aplicável ao caso, verifica-se que o Tribunal *a quo* decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que o prazo prescricional para as ações de reparação de danos ajuizadas por ex-clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol, deve ser contado a partir da data da deflagração da Operação Carmelina, em fevereiro de 2014, quando se deu publicidade aos atos ilícitos imputados ao réu.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADVOGADO. DESCUMPRIMENTO DO MANDATO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL. RENÚNCIA DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO CONTRATUAL. ABUSO DE

PODER. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. TERMO FINAL. QUITAÇÃO. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Controvérsia relacionada com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.

3. No caso concreto, ficou consignado que o advogado celebrou acordo prejudicial ao cliente, por meio do qual renunciou a crédito consolidado em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária.

(...)

5. Diante da impossibilidade de precisar o momento da ciência da lesão, deve ser mantida a data de deflagração da Operação Carmelina como o termo inicial do prazo prescricional para as ações indenizatórias propostas pelos clientes lesados, quando foi dada ampla publicidade aos ilícitos imputados ao réu. Aplicação da teoria da actio nata. Precedentes.

6. Nas ações de indenização do mandante contra o mandatário incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos, previsto no art. 205 do Código Civil, por se tratar de responsabilidade proveniente de relação contratual. Precedentes.

(...)

14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido."

(REsp n. 1.750.570/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018.)

Conforme visto, quanto à prescrição em ações movidas pelo mandante contra o antigo mandatário, o entendimento desta Corte Superior é de que se aplica o prazo prescricional decenal. Confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. AÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS. ADVOGADO APROPRIAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. DEZ ANOS. CIÊNCIA DA LESÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. "Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos" (ERESP 1.280.825/RJ, DJ 2.8.2018).

3. Os juros moratórios devidos pelo mandatário que se apropria indevidamente de valores pertencentes incidem desde a data do desvio do numerário.

4. O valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

5. Não cabe, em recurso especial, examinar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

6. A ausência de impugnação a fundamento central do acórdão recorrido enseja a aplicação dos enunciados das Súmulas 283 e 284 do STF.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp n. 942.502/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Em relação ao termo final da atualização monetária e dos juros de mora, observa-se que não houve a indicação do dispositivo legal tido como violado, procedimento indispensável para confirmar a existência de afronta à lei federal, nos termos do art. 105, III, alínea "a", da CF.

Desse modo, a deficiência na fundamentação impede a exata compreensão da controvérsia.

A esse respeito:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

- Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

- O recurso especial não pode ser provido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

(...)

(AgRg no AREsp n. 142.779/RJ, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/6/2012, DJe 18/6/2012.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. NECESSIDADE DE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. AFIRMAÇÃO DA CORTE DA ORIGEM NO SENTIDO DE AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL E DE DESENVOLVIMENTO DE ARGUMENTAÇÃO. QUESTÃO FEDERAL NÃO DECIDIDA NA CORTE DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

(...)

2. Evidencia-se a deficiência na fundamentação recursal quando o recorrente não indica qual dispositivo de lei federal foi violado, bem como não desenvolve argumentação a fim de demonstrar em que consiste a ofensa aos dispositivos tidos por violados. Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. O prequestionamento é requisito essencial para ultrapassar o juízo de admissibilidade do apelo nobre, de maneira que inviável a apreciação do recurso especial sobre questão federal que não foi objeto de decisão por parte do Tribunal a quo. Súmulas nºs 282 e 356, do Supremo Tribunal Federal.

(...)

(AgRg no REsp n. 1.232.231/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 3/3/2011, DJe 21/3/2011.)

Ademais, é indispensável – mesmo no recurso interposto com base na alínea "c"

– indicar o dispositivo de lei federal objeto de interpretação diversa. Nesse sentido, o seguinte precedente da Corte Especial:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

5. Para demonstração da existência de similitude das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados "[é] imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c" (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Min. LAURITA VAZ, Corte Especial, DJe 17/12/09).

6. Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea "c" do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios *jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius*, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial.

7. A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 17/3/2014.)

Sobre os juros de mora concernentes ao dano material, esta Corte decidiu que são contados desde o momento do desvio de montante relativo ao cliente (AgInt no AgInt no AREsp n. 942.502/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018). Ainda nesse mesmo contexto: REsp n. 687.101/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/4/2006, DJe 2/5/2006, e REsp n. 249.382/RS, Relator Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2000, DJ 26/6/2000.

Anote-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. ADVOGADO. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. O termo inicial da prescrição das ações de reparação de danos é contado a partir do momento em que o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda sua extensão, no caso, a deflagração da operação da Polícia Federal. Jurisprudência.

3. Os juros moratórios devidos pelo mandatário que se apropria indevidamente de valores incidem desde a data do desvio do numerário.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.072.450/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2019, DJe 1º/3/2019.)

Inafastável a aplicação da Súmula n. 83/STJ.

No que diz respeito aos argumentos referentes à ausência de extrapolção dos

poderes outorgados no mandato e à falta de comprovação do dano moral, tem-se a pretensão do reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Conforme se observa do trecho do aresto acima transcrito, o Tribunal de origem, com base nos elementos de prova, verificou a abusividade da conduta do advogado e a presença do dano moral.

Dissentir dos fundamentos da Corte estadual, a fim de acolher a argumentação do ora recorrente, é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Quanto ao valor indenizatório, conforme entendimento pacífico do STJ, a modificação da quantia arbitrada é admitida, em recurso especial, apenas quando excessivo ou irrisório o montante fixado, violando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade (AgRg no AREsp n. 703.970/DF, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 25/8/2016, e AgInt no AREsp n. 827.337/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 23/8/2016).

No caso dos autos, o valor estabelecido pela Corte de origem não enseja a intervenção do STJ.

No que concerne ao recebimento dos honorários contratuais, falta interesse recursal ao recorrente, visto que reconhecido o referido direito pela instância de origem (e-STJ fl. 161).

Por fim, entendo que deve ser afastada a multa aplicada quando da oposição dos embargos de declaração em virtude do entendimento disposto na Súmula n. 98/STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório."

Em face do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, tão somente para afastar a multa aplicada quando da oposição dos embargos declaratórios.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator